

Conhecimentos básicos para todos os cargos EXCETO para técnico em Microinformática



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

NÍVEL MÉDIO
TARDE

CONCURSO PÚBLICO

Conhecimentos básicos para todos os cargos EXCETO para técnico em Microinformática

PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados relativos ao cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas e na sua Folha de Texto Definitivo da prova discursiva. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, ou aos dados relativos ao cargo a que você concorre solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O descumprimento dessa instrução poderá implicar a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da Folha de Respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a Folha de Texto Definitivo.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e a sua Folha de Texto Definitivo e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na Folha de Respostas ou na Folha de Texto Definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES:

• Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

• Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.

• É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destreas, que expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse* e que **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Um levantamento do Conselho Nacional de Justiça
mostra que, atualmente, no Brasil, estão disponíveis para a
adoção 4.799 crianças e adolescentes. São 27.437
4 interessados, mas a maioria não quer crianças com mais de
cinco anos de idade. A preferência brasileira de adoção é por
crianças com até dois anos de idade, e boa parte dos
7 candidatos não aceita irmãos.

Autoridades do Brasil, Peru e Bolívia discutirão o
assunto no VII Encontro Norte/Nordeste de Apoio à Adoção
10 e no I Encontro Trifronteiriço de Adoção —
Brasil/Peru/Bolívia, eventos que ocorrerão, pela primeira
vez, no Acre.

13 A ideia é reunir famílias adotivas e pretendentes à
adoção, conselheiros tutelares, profissionais dos sistemas de
justiça, saúde e educação, assistência e promoção social, e
16 integrantes do Ministério Público, gestores e pessoas da
comunidade em torno do tema Rompendo as Fronteiras da
Adoção — desafios e perspectivas da integração entre os
19 povos do século XXI.

A realização é do Grupo de Estudos de Apoio à
Adoção do Acre em conjunto com o Ministério Público do
22 Estado do Acre e diversos outros parceiros.

As discussões irão contemplar os avanços e entraves
das leis da adoção nos três países, além da integração de
ações estratégicas com o Brasil para a consolidação de
25 grupos de apoio à adoção no Peru e Bolívia.

Internet: <www.ac24horas.com> (com adaptações).

Com relação ao texto acima, julgue os seguintes itens.

- 1 Pela organização das ideias do texto, entende-se que
“interessados” (ℓ.4) e “candidatos” (ℓ.7) são “pretendentes à
adoção” (ℓ.13-14).
- 2 Não haveria prejuízo para a correção gramatical do texto se,
na linha 4, a forma verbal “quer” estivesse flexionada no
plural, concordando com a palavra “maioria”.
- 3 O último parágrafo do texto poderia ser correta e
coerentemente reescrito da seguinte forma: As discussões
contemplaram aspectos positivos e negativos da legislação de
adoção nos três países, a despeito da integração de
estratégias que juntamente com o Brasil, consolidaram
grupos de apoio à adoção peruana e boliviana.
- 4 Nesse texto, que se caracteriza como dissertativo-
argumentativo, o autor se posiciona favoravelmente à adoção
de crianças com mais de cinco anos e idade.
- 5 Infere-se da leitura do texto que, tanto no Brasil quanto na
Bolívia e no Peru, há aspectos legais que dificultam a
adoção.

1 O Senado Federal aprovou em plenário, em 31/10/2012,
o projeto de lei originário da Câmara dos Deputados
(PL n.º 2.793/2011) que tipifica como criminosas algumas
4 condutas cometidas no meio digital, sobretudo a invasão de
computadores. A imprensa tem noticiado como se fosse a
primeira aprovação desse tipo no Brasil e alguns setores
7 comemoraram como se a existência de uma lei para os crimes
eletrônicos fosse tudo o que faltava para diminuir a delinquência
cibernética. Sendo o Brasil um país de tradições positivistas e
10 sendo vedada a aplicação de analogia para criar tipos penais, não
resta dúvida da necessidade de aprovação da lei. Talvez com a
previsão dessas condutas específicas, haja melhores resultados
13 punitivos.

A falta de estrutura na maioria das delegacias civis do
país e a ausência de previsão legal que estabeleça a
16 obrigatoriedade da guarda de *logs* acabam por inviabilizar a
investigação dos crimes digitais, em muitos casos. Com o Marco
Civil da Internet (PL n.º 2.126/2011), o legislador poderia sanar
19 esse problema ao prever o armazenamento de tais registros, sem
dar margem à violação da privacidade, evidentemente. No
entanto, no último parecer ao projeto, no mês julho, o deputado
22 relator retirou a obrigatoriedade do armazenamento dos dados
pelos provedores de aplicações à Internet, os chamados
provedores de conteúdo, deixando essa previsão apenas aos
25 provedores de conexão. O fato é que os registros de conexão nem
sempre são suficientes para uma eficiente coleta de provas. O
certo seria obrigar também os provedores de conteúdo a fazer
28 esse registro, o que permitiria investigar e punir não só os crimes
digitais como também outros, tais como os de difamação, calúnia
e injúria, tão comuns nas redes sociais.

Rafael Fernandes Maciel. *In: Consultor Jurídico*, 9/11/2012.
Internet: <www.conjur.com.br> (com adaptações).

A respeito das ideias e de aspectos linguísticos do texto acima, julgue
os itens que se seguem.

- 6 Infere-se da leitura do texto que seu autor não acredita que a
mera existência de legislação específica para crimes eletrônicos
reduza a incidência de delitos cibernéticos.
- 7 O trecho “Sendo o Brasil (...) aprovação da lei” (ℓ.9-11) pode ser
reescrito, com correção gramatical e sem prejuízo de seu sentido
original, da seguinte forma: Dadas as tradições positivistas
brasileiras e à vedação analógica de criação de tipos penais, não
há dúvida a respeito da necessidade de aprovação da lei.
- 8 Não causaria prejuízo às relações sintáticas do período a
substituição do trecho “é que os registros de conexão nem
sempre são suficientes” (ℓ.25-26) por **de os registros de
conexão nem sempre serem suficientes**.
- 9 As palavras “conteúdo”, “calúnia” e “injúria” são acentuadas de
acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.
- 10 Mantendo-se a relação de sentido estabelecida entre os períodos,
a expressão “No entanto” (ℓ.20-21) poderia ser substituída,
corretamente, por **Com tudo**.
- 11 Depreende-se da leitura do texto que o projeto aprovado pelo
Senado Federal, em 31/10/2012, não constitui a única iniciativa
legislativa para o combate dos crimes eletrônicos no Brasil.

1 Aprovada pela Comissão Especial sobre Igualdade de
Direitos Trabalhistas da Câmara de Deputados, a proposta de
emenda à Constituição (PEC) n.º 478/2010 poderá mudar as
4 relações de trabalho de aproximadamente 6,6 milhões de
brasileiros.

A proposta amplia os direitos dos empregados
7 domésticos, igualando-os aos dos demais trabalhadores
urbanos do país. O texto revoga o parágrafo único do artigo 7.º
da Constituição Federal de 1988, que trata especificamente dos
10 domésticos e lhes garante apenas alguns dos direitos a que tem
acesso o conjunto dos trabalhadores.

A PEC prevê 16 novos benefícios à categoria,
13 incluídos a definição da carga horária semanal de 44 horas e o
pagamento de hora extra e de adicional noturno para atividades
entre as 22 h e as 5 h. A proposta também torna obrigatório o
16 recolhimento do fundo de garantia do tempo de serviço
(FGTS), que representa o principal impacto da medida, caso
seja aprovada e promulgada. “O recolhimento do FGTS até
19 agora não é obrigatório e na prática quase nenhum patrão faz,
daí, a aprovação da PEC significar uma mudança que terá
efeitos imediatos”, explicou um advogado trabalhista.

Internet: <www.cartacapital.com.br> (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 12 Na linha 12, “à categoria” equivale a **para a categoria**.
- 13 O último período do texto, que encerra um trecho de fala informal, poderia ser reescrito de acordo com as regras da escrita formal e sem prejuízo da informação prestada, do seguinte modo: Conforme explicou um advogado trabalhista, por não ser obrigatório, o recolhimento do FGTS não é feito, na prática, por quase nenhum empregador, por isso a aprovação da PEC representará uma mudança com efeitos imediatos.
- 14 Conclui-se da leitura do primeiro parágrafo do texto que mais de 6 milhões de trabalhadores brasileiros são empregados domésticos.
- 15 O primeiro período do segundo parágrafo do texto poderia ser corretamente reescrito da seguinte forma: A proposta amplia os direitos dos empregados domésticos. Os igualando aos dos demais trabalhadores urbanos do país.

Considere que um servidor de determinado tribunal tenha de redigir um ofício dirigido a outro órgão do Judiciário. A respeito das características desse tipo de documento, julgue os itens que se seguem.

- 16 Para atingir clareza em seu texto, o servidor deve, entre outros fatores, ordenar suas ideias, com as palavras bem dispostas nas frases e as intercalações reduzidas, e utilizar corretamente a pontuação.
- 17 O servidor deve atentar-se ao padrão ofício de diagramação, sem esquecer-se de incluir o nome, o endereço e o cargo do destinatário.
- 18 Caso o destinatário ocupe um cargo hierarquicamente inferior ao do remetente, o fecho adequado para o documento será “Cordialmente”.
- 19 O campo assunto pode ser dispensado caso o ofício seja de mero encaminhamento de documento, uma vez que não há necessidade de resumir o texto.

Julgue os itens seguintes, acerca das correspondências oficiais.

- 20 O documento utilizado por ministro de Estado que desejar convidar outro ministro para a mesa de abertura de um seminário é a mensagem.
- 21 O correio eletrônico é uma forma de comunicação célere, na qual deve ser utilizada linguagem compatível com a comunicação oficial, embora não seja definida uma forma rígida para sua estrutura.

Conforme o **Manual de Redação da Presidência da República**, a redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, pelo uso do padrão culto de linguagem, pela clareza, concisão, formalidade e uniformidade. Nesse sentido, cada um dos itens seguintes apresenta um fragmento de texto que deve ser julgado certo se, além de estar gramaticalmente correto, atender aos atributos descritos; em caso contrário, deve ser julgado errado.

- 22 A Comissão de Licitação torna público aos licitantes e demais interessados que receberá os envelopes com as propostas referentes ao objeto em epígrafe no dia 12/12 às 15 horas. Informa, ainda, que cópia do Edital encontra-se à disposição na Seção de Compras, no térreo do Edifício Sede deste Tribunal.
- 23 Considerando o exposto pelo Chefe da Secretaria, submeto à sua autorização o pedido de aquisição de suprimentos de informática, mediante sistema de registro de preços.
- 24 Em atenção ao ofício acima referenciado, encaminho os esclarecimentos prestados pela gerência de informática, bem como a cópia do relatório anual de gestão.
- 25 A partir da análise deste relatório, percebe-se que o número cada vez maior e por isso mesmo mais preocupante, de servidores que apresentam atestado médico para justificar as ausências no trabalho, tem preocupado o serviço médico desta Instituição, uma vez que tais afastamentos podem estar ligados a algum fator existente no ambiente de trabalho, o que precisa ser verificado com urgência.

Quando o exército israelense assassinou o comandante militar do Hamas em Gaza, dando início ao atual conflito, o alvo não era só um líder palestino, mas também uma linha de suprimento de foguetes do Irã que, pela primeira vez, possibilitou ao Hamas atacar tão longe quanto Tel Aviv e Jerusalém. O comandante morto transformou a milícia do Hamas em uma força disciplinada com armas, como os foguetes Fajr-5, que aumentaram significativamente os riscos para as maiores cidades israelenses.

O Globo, 19/11/2012, p. 22 (com adaptações).

Considerando o fragmento de texto acima como referência inicial e a amplitude do tema por ele abordado, julgue os itens seguintes.

- 26 O petróleo, vital para a economia mundial contemporânea, é a grande riqueza do Oriente Médio.
- 27 Impossibilitado de receber ajuda de países ocidentais, Israel mantém-se economicamente com o auxílio de alguns países árabes, como o Iraque e a Síria.
- 28 O Oriente Médio é uma das regiões do mundo contemporâneo onde mais ocorrem ataques bélicos, tendo sido palco de sucessivos conflitos nas últimas décadas.
- 29 O Hamas é o partido político que governa atualmente o Estado da Palestina.
- 30 Entre os países árabes, o Irã é o mais tolerante e pacifista.

Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto n.º 1.171/1994), julgue os itens subsequentes.

- 31 O servidor público que, no exercício de suas atribuições, deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos que estejam ao seu alcance, incorre em conduta vedada pelo Código de Ética.
- 32 Para fins de apuração de comprometimento ético, não é considerado servidor público aquele que, ligado apenas indiretamente a entidade paraestatal, prestou serviço de natureza excepcional e sem retribuição financeira, por simples ato jurídico.
- 33 Considere que determinado órgão público tenha constituído comissão de ética composta por dois servidores titulares de cargo efetivo e um ocupante de cargo em comissão. Nessa situação, o ato de constituição é legítimo, já que a legislação de regência exige que a comissão seja integrada por, no mínimo, dois servidores ocupantes de cargo efetivo.

Considerando a legislação que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública, julgue os itens subsequentes.

- 34 As cominações previstas na lei de improbidade administrativa têm natureza pessoal, razão pela qual não podem atingir o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público.
- 35 É viável a aplicação da lei de improbidade àquele que se beneficiou direta ou indiretamente do ato de improbidade, ainda que não seja qualificado como agente público.
- 36 Se a omissão do servidor público que causou a lesão ao patrimônio público for meramente culposa não se impõe a necessidade de integral ressarcimento do dano.

Julgue os itens a seguir, relativos aos atos de improbidade administrativa.

- 37 De acordo com a legislação aplicável, o servidor que retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício pratica ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- 38 O servidor público que facilita para que terceiro se enriqueça ilicitamente pratica ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

Com base no Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Acre, julgue os itens a seguir.

- 39 Considere que um servidor público estável no cargo A tenha tomado posse no cargo público B, que não é acumulável, após ter sido aprovado em concurso público. Considere, ainda, que, ao término do estágio probatório relativo ao cargo B, o servidor tenha sido considerado inabilitado. Nessa situação, o servidor poderá ser reconduzido ao cargo A.
- 40 Os cargos em comissão devem ser providos por, no mínimo, 25% de servidores do quadro efetivo, observado o critério de qualificação técnica para o exercício das funções.
- 41 A perda de cargo por servidor público estável dar-se-á apenas em virtude de sentença judicial condenatória transitada em julgado.


Considerando o disposto no Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Acre e no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Acre, julgue os itens que se seguem.

- 42 Compete à Câmara Criminal julgar os recursos interpostos contra as decisões do Tribunal do Júri.
- 43 Considere que um notário tenha praticado uma infração relacionada à função que desempenha. Nesse caso, compete ao presidente do Tribunal de Justiça instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar para apurar a infração.

Em relação aos sistemas operacionais Linux e Windows, julgue os itens a seguir.

- 44 No Linux, os nomes de arquivos podem ter até 256 caracteres, porém o nome de arquivo `Um_nome_arquivo_longo+uma_longa_extensão` é inválido, pois o sinal + é um caractere reservado e não pode ser usado.
- 45 Os grupos domésticos são novidades do Windows 7 e não são acessíveis para computadores com versões anteriores do Windows ou com outro sistema operacional.
- 46 O sistema operacional Linux possui vários *shells* com características ligeiramente diferentes e funções especiais, sendo alguns deles incapazes de diferenciar letras maiúsculas e minúsculas.

A respeito dos aplicativos para Microsoft Office e BrOffice, julgue os itens subsecutivos.

- 47 O Word Web App é uma versão *on-line* do Word 2010 que possibilita a criação e a edição de documentos, mesmo em computadores que não possuam o sistema operacional Windows.
- 48 No aplicativo Impress do pacote BrOffice, ao se clicar o botão , será ativado um cronômetro para controlar a duração da apresentação. Essa função permite também a ativação de um alarme que indicará o término do tempo de uma apresentação.

Julgue os itens que se seguem, acerca de segurança da informação e ferramentas.

- 49 Para entregar mensagens, um sistema de correio eletrônico deve-se utilizar um sistema de endereçamento com endereços exclusivos. Na Internet, um exemplo de endereço de correio eletrônico é `www.gmail.com`.
- 50 Vírus é um programa de computador malicioso capaz de se propagar automaticamente por meio de redes, mas necessita ser explicitamente executado para se propagar.